

O CONSUMO PRODUTIVO RURAL, A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E O CONTEÚDO URBANO: A REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ, BRASIL

Angela Maria Endlich (*)

INTRODUÇÃO

No Brasil, as mudanças provocadas na agricultura e no espaço que a sedia, o campo, têm início cronológico nos últimos anos da década de 60, tornando-se mais intensas, entretanto, na década de 70. Assim, esta última década é indicada como de profundas transformações na agricultura paranaense, ressaltando-se a intensidade da incorporação de novas técnicas agrícolas, levando a transformações tanto no espaço rural como no urbano, bem como na articulação entre ambos.

Especialmente, as transformações engendradas pelo processo de modernização da agricultura, apresentam-se de forma seletiva, privilegiando apenas alguns cultivos agrícolas e regiões, bem como alguns tipos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). As transformações espaciais a que se refere aqui são decorrentes de ações humanas, produtoras ao mesmo tempo de uma nova realidade social.

A região estudada - Noroeste do Paraná, anteriormente produtora de café - teve a sua paisagem e sociedade velozmente transformadas pelo referido processo. Que fatores confluíram para gerar tão significativas transformações sócio-espaciais acontecidas na referida região, envolvendo, posteriormente, um espaço bem mais amplo no Estado do Paraná?

Este texto inicia-se com a indicação do contexto e dos fatores - de várias escalas espaciais : internacionais, nacionais e regionais - que impulsionaram as transformações ocorridas no campo e são discutidas na sequência. Ressalta-se o consumo produtivo provocado pelo novo padrão de produção agrícola e, por fim, as transformações ocorridas no espaço urbano, no que se refere ao conteúdo intraurbano e nas relações interurbanas, ou seja, nas articulações presentes na rede urbana regional.

Contexto e fatores que levaram às transformações na região

As metamorfoses ocorridas regionalmente têm origem em processos, dinâmicas e ações internacionais, como se pode perceber com os dois primeiros fatores indicados:

- A) A proposição de um pacote tecnológico denominado de *Revolução Verde*, pelas corporações econômicas internacionais que passou a orientar as práticas agrícolas. A pesquisa agrícola nacional foi desarticulada em razão das influências das corporações transnacionais, inclusive na constituição de empresas estatais brasileiras como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e Embrater (Empresa Brasileira de Extensão Rural), que desenvolveram e divulgaram informações técnicas que interessavam às referidas corporações (Brum: 1987).
- B) A condição econômica brasileira de dependência, submetida a uma divisão espacial do trabalho, a partir da qual são definidos os produtos que interessam ao mercado externo. Esta submissão se impõe, já que tais produtos são geradores de divisas internacionais, destinadas à atenuação da dívida externa¹. Portanto, a dependente economia brasileira tinha, anteriormente, como principal produto gerador de divisas econômicas, o café. Todavia, houve uma saturação do mercado internacional, decorrente de uma superprodução brasileira², associada a uma ampliação da concorrência, especialmente com países africanos, fazendo com que os preços do café tivessem uma significativa queda, levando o governo brasileiro a adotar políticas de erradicação de cafeeiros. Juntamente com essa política nacional, fazia-se urgente encontrar formas para pagar os compromissos financeiros decorrentes da dívida externa. Por isso, foi necessário uma reformulação rápida da política agrícola, já que era desse setor econômico que saía a maior parte das exportações brasileiras. Assim, conforme Moro (1991): *"A solução encontrada pelo governo foi de implementar uma política de racionalização da agricultura, modernizando-a, em curto prazo, sem levar em conta as conseqüências desse pragmatismo econômico."*³
- C) Fatores que podem ser considerados como de determinação interna:

(*) Universidade Estadual de Maringá

¹ Os fatores aqui compreendidos são denominados por MORO(1991) de conjunturais. Estes e os outros fatores aqui mencionados têm este autor como referência básica.

² Observa MORO (1991: 102) que no início da década de sessenta, o Brasil possuía estoques de café suficientes para abastecer por dois anos o mercado mundial.

³ MORO, D. A. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná*, p.105.

- Aprovação e homologação do Estatuto do Trabalhador Rural - Este documento abalou profundamente as relações trabalhistas no campo. Os cafeicultores precisavam de muita mão-de-obra, entretanto, receavam, principalmente os pequenos produtores, não poder cumprir com as novas obrigações sociais advindas do referido Estatuto. Assim, numerosos contratos de parceria e colonato foram desfeitos, além das muitas dispensas de empregados permanentes. Os proprietários mecanizaram as atividades e passaram a utilizar mão-de-obra temporária.
- Política de erradicação da cafeicultura associada ao estímulo para a produção de oleaginosas (principalmente soja), voltadas à exportação, com padrões determinados pela *Revolução Verde*, portanto, em moldes *modernos*. Ressalta-se que houve seletividade nesta política quanto ao tipo de produto há ser financiado e colocando limites aos pequenos produtores. O crédito rural foi um poderoso instrumento político para o governo direcionar a agricultura de acordo com os interesses hegemônicos.

Estes fatores indicados como de determinação interna brasileira, obedecem, na realidade, aos fatores internacionais, constituindo-se em meros mecanismos encontrados pelo governo para promover as mudanças desejadas pelos grupos econômicos.

D) Outros fatores regionais (Considerados como aceleradores do processo de modernização da agricultura).

- O alto custo de manutenção da cafeicultura não encontrava compensação no mercado, devido aos baixos preços praticados, fazendo com que os cafeicultores ficassem descapitalizados.
- As condições regionais das lavouras de café, cuja idade impunha a renovação das mesmas, o que não se efetivou perante a crise do quadro econômico que envolvia o referido cultivo agrícola;
- As geadas, em especial a de 1975, que dizimou os cafezais, acelerando o processo de substituição de culturas;
- O ataque de pragas, em especial a da ferrugem, que contribuiu para a deterioração dos cafeeiros.

As transformações, em âmbito regional, ocorreram envolvendo, os seguintes agentes: o Estado, os proprietários fundiários e os trabalhadores rurais, as agroindústrias e as cooperativas agropecuárias.

Transformações ocorridas no campo

➤ *Substituição de culturas agrícolas e diversificação agropecuária*

Com a erradicação dos cafeeiros houve uma maior diversificação de culturas na região Norte do Paraná. As lavouras temporárias passaram a predominar sobre as lavouras permanentes, destacando-se soja, trigo, algodão e cana-de-açúcar. A pecuária apareceu como uma atividade significativa no Norte Novíssimo, onde o solo é, em grande parte arenoso e, portanto, não favorável à prática da agricultura.

➤ *Concentração fundiária*

A estrutura fundiária regional que envolvia muitas pequenas propriedades tornou-se mais concentrada. Isto ocorreu, pois em função do pacote tecnológico da revolução verde, tornou-se economicamente incompatível a exploração do cultivo associado da soja e do trigo, principal combinação da modernização agrícola, em pequenas propriedades. Além disso, a fertilidade do solo, as condições de mecanização e a disponibilidade de crédito subsidiado promoveram a valorização das terras da região, levando os produtores que não dispunham de uma área apropriada para este tipo de produção, a vender ou arrendar suas terras.

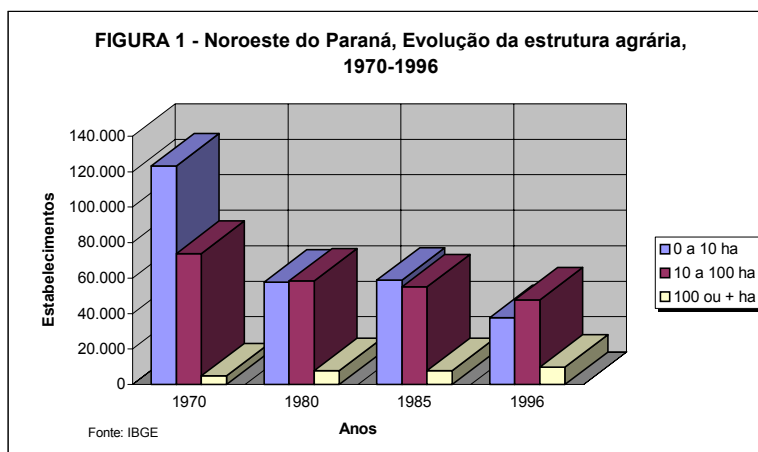
A figura 1 mostra essa realidade para a região Noroeste do Paraná. Entre as décadas de 70 e 80, houve uma redução de 64.690 estabelecimentos de 0 a 10 hectares. Essa redução equivale a mais que 50% do total de estabelecimentos deste grupo existentes em 1970, que era de 123.372 estabelecimentos. Entre os anos de 1980 e 1985 houve um pequeno aumento no número destes estabelecimentos de 57.524 para 58.413, ou seja, houve uma soma de 514 unidades. Comparando-se o total destes estabelecimentos entre os anos de 1970 e 1996, detecta-se que houve uma redução para 85.638 de estabelecimentos de 0 a 10 hectares. Este fato demonstra que o processo de concentração fundiária ganhou novo impulso nesta última década. Os estabelecimentos de 10 a 100 hectares, também, tiveram uma redução de 26.266 estabelecimentos entre 1970 e 1996.

Entretanto, os estabelecimentos acima de 100 hectares⁴ tiveram um acréscimo de 4.940 estabelecimentos. Para esta categoria este número representa um aumento de 100% no número de

⁴ A estrutura agrária foi analisada em três grupos – 0 a 10 hectares, 10 a 100 hectares, acima de 100 hectares. Os motivos desta divisão são:

estabelecimentos, já que este era de 4.902, em 1970. E apesar de ser numericamente pouco expressivo, este grupo de estabelecimentos envolve grandes áreas.

Conforme pode-se observar, a característica da *colonização* regional, baseada em pequenas propriedades agrícolas, encontra-se muito alterada.



A condição legal dos produtores em relação à terra também apresentou uma modificação, pois de forma geral, houve uma retração do número de produtores arrendatários, parceiros e ocupantes de terra, concomitante ao aumento do número de proprietários.

➤ *Distribuição da população quanto ao espaço de residência*

Antes predominantemente rural, a população passa a ser predominantemente urbana. As causas da mobilidade espacial da população são atribuídas à inviabilidade da permanência no campo de muitos pequenos proprietários que venderam suas terras, além dos arrendatários, parceiros e trabalhadores permanentes que tiveram de sair do campo. Este grupo é que provocou a inversão do local de residência da população na região. Considerando-se todas as categorias de trabalho (mão-de-obra familiar, assalariada permanente e temporária, parcerias) houve uma diminuição do pessoal ocupado na produção agropecuária, já que grande parte das tarefas passou a ser realizada com o auxílio de máquinas agrícolas. Tendo por referência o município de Maringá, pode-se observar numericamente a inversão do local de residência, através da tabela 1.

TABELA 1 - Maringá - População Rural/Urbana/Total - 1950-1996

ANO	Pop.rural	%	Pop.urbana	%	Pop.total
1950	31.318	81,16	7.270	18,84	38.588
1960	56.539	54,30	47.592	45,7	104.131
1970	21.274	17,53	100.100	82,47	121.374
1980	7.550	4,49	160.689	95,51	168.239
1991	6.198	2,58	233.937	97,42	240.135
1996 ⁵	6.987	2,60	260.955	97,35	267.942

Adaptado de: MARINGÁ, Prefeitura Municipal. *Perfil de Maringá*, p.57.

Nos demais municípios da região, embora com intensidade diferenciada, pois Maringá apresenta um índice de urbanização maior do que os outros municípios.

- primeiramente, a forma de divulgação do censo agropecuário de 1996 – que reúne estabelecimentos de 500 a 2.000 hectares, o que não possibilitou enquadrar levantamentos feitos anteriormente, nos quais havia os seguintes grupos: 0 a 10 hectares, 10 a 100 hectares, 100 a 1.000 hectares e acima de 1.000 hectares;
- considerou-se, em segundo lugar, que em decorrência da estrutura agrária existente anteriormente na região, poderia somar-se as propriedades acima de 100 hectares num só grupo, já que os grupos que tiveram maior redução foram os de 0 a 10 hectares e de 10 a 100 hectares, conforme pode se verificar nos dados constantes no anexo E e representados na figura 4.

⁵ A tabela foi atualizada de acordo com a contagem populacional realizada em 1996.

Em razão das mudanças ocorridas na distribuição da população, antes predominantemente rural e agora predominantemente urbana, Moro (1991: 340) lembra que há uma transformação do *habitat* rural. A paisagem rural era repleta de habitações, apresentando grande densidade e articulação. Com os novos fatos o campo tornou-se isolado, rarefeito e desarticulado. O campo deixou de ser o lugar de moradia não só para aqueles grupos que dele foram excluídos, como também dos médios e grandes proprietários que passaram a morar na cidade. A propriedade agrícola passou a ser tratada como uma empresa, administrada da cidade, que conforme Santos - tornou-se o “(...)locus da regulação do que se faz no campo”.⁶

- *A agricultura passa a demandar vários produtos industriais, serviços e orientações técnicas presentes nas cidades.*

Na época de predomínio econômico do café, os estabelecimentos agropecuários eram quase auto-suficientes, já que grande parte das necessidades de consumo eram supridas através de atividades produtivas, desenvolvidas nos mesmos (Moro, 1991:344). Os poucos produtos, não provenientes do trabalho agrícola, eram adquiridos numa *venda rural* próxima. Nesse período as relações cidade-campo eram simples e limitadas.

Com a agricultura moderna, estas relações tornam-se amplas e complexas, pois: os estabelecimentos agropecuários deixam de ser auto-suficientes e os agricultores tornam-se dependentes do comércio e serviços urbanos. As *vendas rurais*, bem como os patrimônios rurais (pequenos núcleos urbanos que sediavam as *vendas*, a igreja e outros) praticamente desaparecem da paisagem rural, com o esvaziamento populacional do campo. Os trabalhadores que antes moravam no seu local de trabalho, ou seja no estabelecimento agropecuário, ao transferirem-se para a cidade, precisam deslocar-se diariamente para o campo, para realizarem tarefas esporádicas (bóias-frias).

A agricultura passou a depender mais de relações mercantis e financeiras por causa do crédito agrícola e comercialização dos produtos. Assim, o produtor intensificou suas relações com os Bancos e com as Cooperativas Agropecuárias. Paradoxalmente, à medida que se reduziu a população rural, ampliaram-se as relações entre o campo e a cidade. Neste novo quadro, os agricultores passaram a provocar, para a satisfação de suas necessidades, um aumento do consumo consumptivo e para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, o consumo produtivo rural.

Assim, paradoxalmente, na medida em que a população deixa de ser rural, ampliam-se as denominadas relações campo-cidade. Isto acontece por causa da necessidade do consumo produtivo rural, que a agricultura considerada *moderna* exige.

⁶ SANTOS, M. *A urbanização brasileira*, p.52.

O consumo produtivo rural

Santos (1996c) alerta para o aumento do consumo no Brasil. Este autor considera este fato relevante para o estudo da nova urbanização brasileira, quantitativa e qualitativamente diferente, apresentada por ele como diversificada e complexa.

O consumo de bens e serviços ampliou o fenômeno da urbanização, pois a intermediação entre a produção, distribuição e prestação de serviços realiza-se nas cidades, ampliando as atividades e estabelecimentos nelas sediados.

O consumo produtivo refere-se a um conjunto de bens e serviços que voltam-se à produção de novos bens e serviços. Resultam da produção para nela inserir-se novamente.

Para a compreensão da urbanização brasileira recente, Santos ressalta o consumo produtivo rural. Segundo o mesmo, esta forma de consumo refere-se à incorporação de técnica, ciência e informação ao meio rural.

O consumo produtivo rural decorre do processo de modernização da agricultura. Esse processo requer a utilização de máquinas, implementos, adubos, defensivos, sementes selecionadas, serviços técnicos baseados no conhecimento científico, crédito rural, etc. Essas exigências do campo modernizado produzem novas demandas de comércio e serviços nas cidades.

A esta forma de consumo atribuem-se as transformações urbanas, pois ela "(...)cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. A arquitetura dos diversos subsistemas é desse modo, diversa."⁷

Neste trabalho, o conceito consumo produtivo rural tem o papel de auxiliar no estudo das relações entre as transformações ocorridas no campo tornado moderno e as transformações urbanas.

O consumo produtivo rural deve ser compreendido de forma ampla. As análises em torno deste conceito devem considerar diversos aspectos que envolvem a realidade na qual ele ocorre. Por isso, além de se investigar o uso de fertilizantes, defensivos e tratores agrícolas buscou-se verificar o local de residência dos proprietários de estabelecimentos rurais, número de produtores associados à cooperativas agrícolas e total de financiamentos concedidos pelo crédito rural.

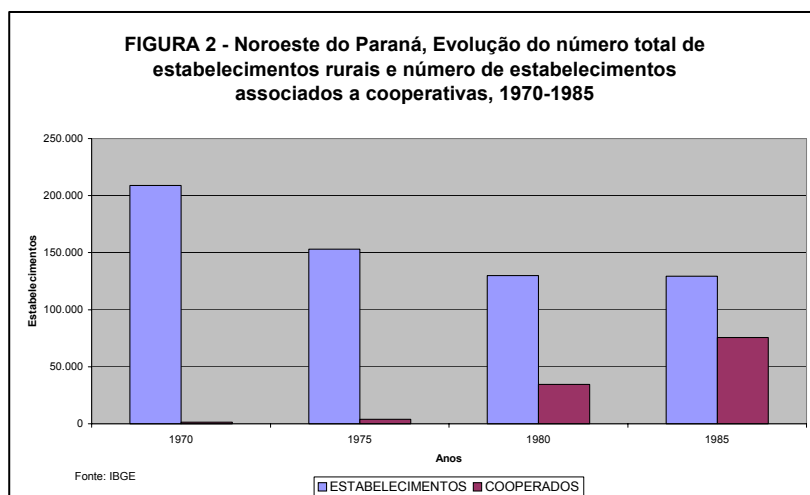
Estes fatos foram pesquisados nos censos agrícolas de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-96⁸, o que possibilita observar a evolução cronológica dos mesmos. Apresenta-se na sequência a análise de alguns aspectos mencionados:

Aumento do cooperativismo

A figura 2 apresenta a evolução do número de estabelecimentos em paralelo com o número destes que vinculam-se às cooperativas desde 1970. Observa-se um nítido aumento do número de associados, confirmando a relevância das cooperativas no processo de modernização agrícola.

⁷ SANTOS, M. Op. cit.

⁸ A utilização de dados referentes a este censo agropecuário restringe-se, nesta parte do trabalho, aos seguintes: número de estabelecimentos que utilizam fertilizantes e defensivos agrícolas e número de tratores. Os dados referentes ao uso de crédito rural não foram utilizados porque estão apresentados de forma diferente dos censos agropecuários anteriormente publicados e utilizados para a pesquisa, deixando dúvidas quanto à possibilidade de estabelecer comparações. Já dados referentes ao número de produtores associados a cooperativas e residentes nas propriedades rurais não foram encontrados em nenhuma das formas de divulgação do mesmo.



Além do seu papel significativo nas transformações ocorridas no campo, as cooperativas paranaenses são indicadas como agentes impulsionadores e da modernização agro-industrial.

As cooperativas constituem, portanto, um dos fortes elos de relações entre o campo e as cidades - sedes da regulação das atividades agrícolas modernas.

Uso de fertilizantes, defensivos e tratores

Conforme Santos (1996c: 52) *“o campo torna-se extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez mais distinto”*.

Em decorrência da presença de objetos, o trabalho no campo contém cada vez mais conhecimentos científicos. Assim, pode-se dizer que a presença de determinados objetos demanda determinadas ações específicas, relacionadas ao manuseio e controle dos mesmos.

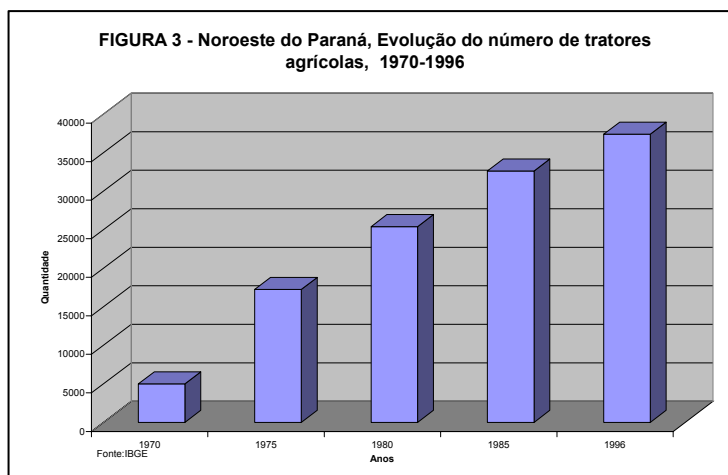
A utilização dos referidos objetos se refere ora às inovações físico-químicas, ora às inovações mecânicas⁹. As inovações físico-químicas envolvem a modificação das condições naturais do solo através do uso de fertilizantes e combate às pragas, através de defensivos agrícolas. As inovações mecânicas alteram o ritmo e a intensidade do trabalho na agricultura, através do uso de tratores e máquinas agrícolas.

A figura 3 quantifica, através do número de tratores, parte das inovações mecânicas ocorridas na região em análise¹⁰. É bastante visível a evolução do número de tratores, pois em 1970 estes não chegavam a 5.000 unidades e em 1996 estes números já ultrapassavam 40.000 unidades.

Além do crescimento quantitativo dos tratores agrícolas, ocorreu também uma evolução qualitativa. Há tratores cada vez mais potentes e eficientes.

⁹ Distinção feita em ELIAS, D. *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto(SP)*, p.36-7.

¹⁰ Parte das inovações, porque além dos tratores agrícolas há outras máquinas e implementos agrícolas, como colhedoras, semeadeiras, arados etc.



Nova configuração territorial

É nítido, ainda, a partir destas transformações uma configuração territorial diferenciada. Assim, verificou-se na região uma ampliação no número de ligações elétricas rurais, bem como a articulação desta pela telefonia. É nítida também o aumento da articulação rodoviária a partir de 1970.

As transformações econômicas foram, portanto, acompanhadas de uma mudança do conteúdo técnico espacial, através das redes que passaram a compor o espaço geográfico regional. Ocorre a formação de um meio técnico-científico. A territorialização de redes como a de energia elétrica, telefonia e rodovias são adaptações do território, ocorridas na região. Enfatizar-se-á aqui a eletrificação rural e o quadro viário paranaense.

Eletrificação rural

A evolução da eletrificação rural poderá referendar as afirmações anteriores. Ao analisar o período em que há uma propagação da eletrificação rural no Paraná, e o período em que ocorre a modernização agrícola, observa-se uma nítida relação. Nesse sentido afirma Souza (1986), quanto aos objetivos presentes na estratégia de eletrificação rural, que "(...) *consiste em assegurar a proporção mais elevada possível de uso de energia elétrica para a modernização dos processos produtivos da agropecuária, a fim de que ela não se limite à iluminação e outras formas de melhoria do nível de conforto das populações.*"¹¹

A figura 4 mostra a evolução da eletrificação rural por município na região Noroeste do Paraná¹², revelando um salto quantitativo entre as décadas de 70 e 80. Deve-se lembrar, que os dados representados nesta figura, em relação a 1970, não contemplam o total das ligações elétricas existentes, já que existiam outras companhias elétricas nesta região no referido período. Contudo, é possível observar o baixo índice de eletrificação rural.

¹¹ Souza, P.V. P. de. A energia elétrica e o desenvolvimento do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.87, p.84.

¹² De acordo com o recorte territorial da Copel. Esta empresa tem cinco superintendências regionais de distribuição no Paraná, dentre elas a superintendência regional de distribuição Noroeste, polarizada por Maringá com 105 municípios.

Em 1980, verifica-se o acréscimo no número de ligações elétricas, mas foi em 1990 que os indicadores

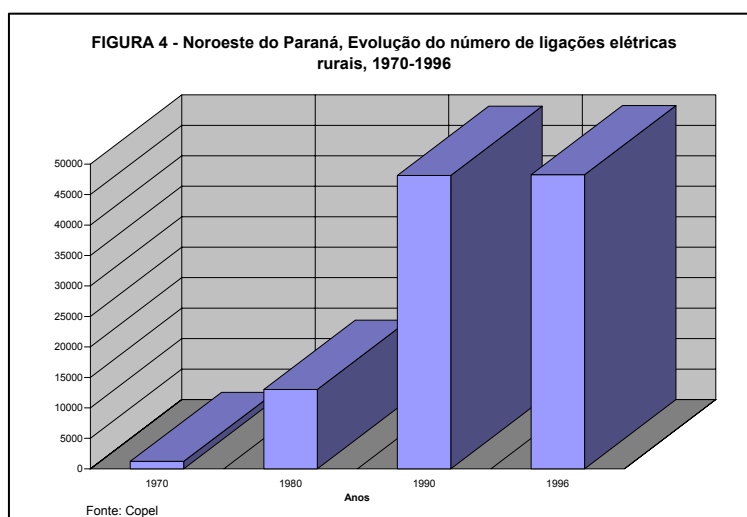
atingem seu auge. Para tanto, deve-se verificar o total de ligações existentes na região nos dois anos mencionados. Em 1980, 13.015 ligações e em 1990, 48.134 ligações. O crescimento do número de ligações elétricas rurais na região Noroeste foi de aproximadamente 369% entre 1980 e 1990.

Pode-se afirmar que houve um aumento relevante destas ligações à medida que houve a modernização da agricultura. Ressalta-se um movimento oposto entre a população que saía do campo e o adensamento técnico que aí se manifestava.

Estrutura viária paranaense

A estrutura viária do Estado do Paraná foi, basicamente, construída durante a década de setenta, isto é, contemporaneamente ao processo de modernização da agricultura. Fica clara a relação existente entre a modernização da agricultura e a produção de uma maior fluidez no território paranaense.

Portanto, as transformações econômicas foram acompanhadas de uma mudança do conteúdo técnico espacial, através das redes infra-estruturais que passaram a compor o espaço geográfico regional.



Transformações no espaço urbano

Todo esse processo gerou, modificações nas relações e nos conteúdos espaciais de maneira geral. Para atender a agricultura moderna a cidade passou a sediar estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços especializados. Além disso, estão nos espaços urbanos as cooperativas agropecuárias que organizam a produção, as agroindústrias e instituições que formam profissionais para orientar tecnicamente a produção agrícola. Todas essas relações delineiam uma maior integração entre os espaços de produção agrícola (o campo) e os espaços de regulação da mesma (as cidades).

As relações interurbanas foram atingidas de duas formas. Primeiramente, os pequenos núcleos urbanos, implantados na região, cujas atividades, especialmente as comerciais, visavam atender a numerosa população rural presente no espaço regional antes da modernização da agricultura, tiveram um declínio econômico e populacional desde então.

Por outro lado, os núcleos urbanos considerados centros ou capitais regionais passaram a concentrar novas atividades e a receber parte da população vinda daqueles pequenos núcleos urbanos. A agricultura moderna gerando uma nova demanda de produtos, e portanto um conjunto de estabelecimentos comerciais e de serviços especializados sediados nas cidades, instalaram-se em grande parte, nos centros e capitais regionais, visando atender um espaço mais amplo que o do próprio município. Maringá, como capital regional, passou a concentrar estas atividades, o que ampliou e reforçou os seus papéis urbanos.

A relevância desta constatação está em poder explicar, ainda que parcialmente, a realidade social derivada de todo esse processo. As novas formas de produção tornam muito limitadas as possibilidades de inserção sócio-econômica dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Estes agentes que no momento anterior foram fundamentais na produção do espaço regional, precisam agora buscar a sua sobrevivência em outros locais. A região noroeste tem 2/3 de seus municípios apresentando taxas negativas quanto à população total.

Neste contexto, questiona-se a sustentabilidade dos pequenos núcleos urbanos, frente à concentração populacional e de conteúdo urbano. Haverá uma nova safra de cidades mortas¹³?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na agricultura trazem em seu bojo um conjunto de mudanças que vão bem além das alterações na base técnica da produção compreendida no processo de modernização. As mudanças envolvem um re-arranjo social e espacial.

Portanto, além das mencionadas transformações ocorridas no campo, ocorrem transformações em toda a região. O consumo demandado pela modernização agrícola ampliam os papéis urbanos de alguns núcleos, enquanto outros ficam estagnados.

Deve-se pensar na condição social que tal processo tem representado. Há um campo modernizado, o contraste entre as taxas de crescimento demográfico nos municípios e uma população em marcha pela sobrevivência e, então, cidades esvaziando-se. A constatação dessa realidade e do seu significado sócio-espacial deve promover uma reflexão política visando a sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUM, A.J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1987. 200 p.
- COPEL (Companhia Paranaense de Energia). *Informe Estatística Anual 1996*. Curitiba: Copel, 1996. 122 p.
- ELIAS, D. *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto*. 1996. 294 p. Tese (doutoramento em geografia) – Departamento de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo.
- IBGE, *Censo Agropecuário para o Estado do Paraná*, 1970.
- _____. Idem, 1975.
- _____. Idem, 1980.
- _____. Idem, 1985.
- _____. Idem, 1996.
- _____. Contagem populacional, 1996.
- IBGE, *Resultados do Censo Agropecuário para o Estado do Paraná*. Disponível na Internet: <http://www.ibge.gov.br/imprensa/noticias/agroPR.htm>, 13 p., 10.07.98.
- LOBATO, M. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1951. P.2-7. (Obras completas de Monteiro Lobato, v.2).
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento (Divisão de Modernização, Administrativa e Controle de Qualidade). *Perfil da Cidade de Maringá*. Maringá: s.n. 1996. 259 p.
- MORO, D. A. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná*. Rio Claro, 1991, 353 p. Tese (doutoramento em geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Rio Claro.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996(a). 308
- _____. *A urbanização brasileira*. (c) 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 157 p.
- SOUZA, P. V. P. de. A energia elétrica e o desenvolvimento do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, (Curitiba), n. 87, p.65-88, 1986.

¹³ Termo utilizado por Monteiro Lobato para expor a realidade de cidades do interior paulista, no final da primeira metade deste século, por causa da crise cafeeira. Conforme escreve Lobato, nestas cidades a referência temporal é o passado. "Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. Um tanto de cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes." E sobre os peões: "Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.". LOBATO, M. *Cidades Mortas*, 1951, p.2.